

Apesar do novo ímpeto, o plano ainda não trouxe resultados concretos

por Peter Montagnon
do Financial Times

Tudo se assemelhava a um novo início, quando o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, lançou sua agora famosa iniciativa para aliviar a crise da dívida dos países em desenvolvimento na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Seul, em outubro passado.

O governo norte-americano nunca antes se havia envolvido a esse nível no problema da dívida. No entanto, embora o sistema de Baker não seja exatamente o trabalho de um visionário, a maioria dos banqueiros e funcionários considera que o plano deu um novo ímpeto aos esforços para solucionar um problema que está ressurgindo rapidamente como uma ameaça à estabilidade econômica e monetária mundial.

Sete semanas depois, entretanto, a iniciativa de Baker ainda não produziu nada de concreto para auxiliar os países latino-americanos que lutam para pagar mais de US\$ 350 bilhões de débitos externos. Agora, o entusiasmo foi substituído por um sentimento de falta do mais vital e simples ingrediente: o ímpeto.

Na superfície, o plano é extremamente simples. Os bancos comerciais se comprometeriam a emprestar US\$ 20 bilhões nos próximos três anos aos países mais fortemente endividados, significando um incremento anual de 2,5% em seu comprometimento. Isto seria acompanhado por um volume líquido análogo de US\$ 20 bilhões nos empréstimos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que elevaria os níveis de empréstimos das instituições em 50%.

PLANEJAMENTO

Ao mesmo tempo, sob a orientação do FMI, seria dada uma nova ênfase ao planejamento político nos países endividados, proporcionando maiores esperanças de crescimento e recuperação econômica.

O fato de não ter obtido a aprovação irrestrita dos bancos, que terão de continuar a emprestar a países em profundas dificuldades econômicas, ficou claro desde o início. No entanto, praticamente não se esperava uma resposta igualmente ambígua por parte dos países devedores e dos bancos de desenvolvimento, que agora se aproximam mais do centro do palco.

Ainda não está claro qual dos principais devedores seria qualificado como área de teste para a iniciativa Baker. As atenções centralizaram-se inicialmente no México, mas mudaram em seguida para a Argentina depois que surgiram novos problemas econômicos, em consequência dos terremotos registrados em setembro no México.

O "chairman" do Federal Reserve (Fed, o banco central do EUA), Paul Volcker, visitou a Argentina no final do mês passado para pedir apoio à iniciativa de Baker. O secretário assistente do Tesouro, David Mulford, já visitou Buenos Aires, e o presidente do Banco Mundial, Tom Clausen, incluiu a capital em seu próximo itinerário.

COBAIA

No entanto, o governo do presidente Raúl Alfonsín tem-se mantido refratário, e suas reservas contra tornar-se uma cobaia repercutiram entre os demais devedores. Suas dívidas revelam três áreas principais de preocupação.

A primeira diz respeito ao significado do plano de Baker em termos de condições econômicas; a segunda é o fato de a iniciativa

ainda presumir que os países devedores continuarão a registrar superávits comerciais, o que poderia inibir o crescimento interno e colidir com as pressões protecionistas nos países industrializados; em terceiro lugar, o fato de que, diante desse panorama incerto, seria arriscado em termos políticos ser o primeiro país a experimentar o plano.

Os bancos comerciais também têm dúvidas. Pouco progresso foi obtido durante uma reunião das dezesseis principais instituições credoras no final do mês passado, em Toronto, embora os canais básicos através dos quais o plano Baker poderia ser negociado e implementado estejam agora esclarecidos.

NEGOCIADOR

O grupo de Toronto, que evoluiu de um grupo de catnze bancos que se vinha reunindo há algum tempo para discutir a crise da dívida, será o principal órgão negociador internacional, suplantando o Instituto para Finanças Internacionais sediado em Washington, que, segundo se pensava inicialmente, desempenharia um papel de destaque.

Seus integrantes informarão diretamente aos seus próprios grupos de bancos nacionais, e será através dessas instituições e de seus respectivos governos que a maioria dos compromissos com empréstimos será assumida.

Na prática, entretanto, as negociações com os países devedores serão ainda efetuadas através das atuais comissões bancárias de assessoramento, que vêm liderando as negociações sobre débitos desde a eclosão da crise, em 1982. Isto preservará a chamada política de caso por caso defendida firmemente pelos bancos, assim como pelo Tesouro norte-americano.

Os principais bancos dos Estados Unidos têm feito várias sugestões sobre o plano, por considerarem que este, caso implementado, garantirá a continuação do fluxo de pagamento de juros por parte dos países devedores, um fator considerado vital para seus balanços. Bancos de outros países também apresentaram rapidamente condições para sua participação.

Uma das principais preocupações diz respeito ao relacionamento entre o Banco Mundial e o FMI para a definição das condições da política econômica no estabelecimento de novos créditos. Como os governos devedores, os bancos comerciais não sabem o que realmente significa o novo estilo de ajustes econômicos.

GARANTIAS

Muitas instituições desejam também um incremento nas garantias legais vinculadas aos empréstimos conjuntos entre o Banco Mundial e os bancos comerciais. Mas o que importa à maioria dos bancos europeus é que os Estados Unidos demonstrem claramente um compromisso para com um aumento no capital do Banco Mundial. Embora tal incremento não seja necessário imediatamente, constituiria um importante gesto de boa fé.

Os bancos comerciais também afirmam que os governos também deveriam destinar mais recursos através de seus sistemas de garantias de créditos à exportação. Em outras palavras, temem que, a menos que sejam cautelosos, terão de suportar uma carga superior à que consideram justa no apoio aos países devedores.

Finalmente, há algumas questões técnicas. Deverão ser aliviadas as exigências regulatórias, de forma que os bancos não sejam forçados a manter provisões contra prejuízos com empréstimos, caso sejam compelidos a fornecer maiores créditos? O estabelecimento de um ou mais fundos mútuos não auxiliaria a manter os bancos de menor porte como integrantes nos créditos, ou a iniciativa simplesmente não removeria dos bancos o poder de cisão sobre seus próprios empréstimos?

Essas questões lideram uma longa lista de problemas não solucionados, à qual o Tesouro norte-americano, pressionado com assuntos tributários e orçamentários no Congresso, dificilmente responderá a curto prazo.

Além desses fatores, há o risco de que o plano de Baker seja superado, à medida que os devedores percam as esperanças. Isto é algo que muitos temem e ninguém quer. Apesar disso, não se sabe até agora a velocidade a ser assumida pela iniciativa Baker.